

ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DA VEREADORA KELEN ADRIANA – PTB

PROTOCOLO
Câmara Municipal de Parauapebas
Diretoria Legislativa
Data: 1508/18
2:36 hp parauge
Assinatura

INDICAÇÃO Nº 234/ 2018

APROVADO NA SESSA

Odinario

DE 14 08 / 2018

Em Discussió Unica

INDICO AO **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL** QUE **FAÇA** UMA **PARCERIA** COM 0 **GOVERNO** ESTADUAL PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES HABILITADOS EM LIBRAS PARA ENSINAREM **ALUNOS** COM PERDA AUDITIVA, NA MUNICIPAL DE **ENSINO** Ε UNIVERSIDADES.

Senhor presidente,

A Câmara Municipal na sua função de assessoramento, Eu membro desta casa, no exercício regular do mandato a mim conferido, com fundamento no art. 44, inciso II da Lei Orgânica do Município e nos arts. 199 à 201 do Regimento Interno, indico que depois de cumprido o rito regimental e ouvido o Plenário desta Casa de Leis, encaminhe-se o oficio ao Executivo Municipal na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Darci José Lermen, que faça uma parceria com o governo estadual para que seja feita a contratação de professores habilitados em libras para ensinarem alunos com perda auditiva na Rede Municipal de Ensino e Universidades.

JUSTIFICATIVA

A educação de surdos no Brasil sofreu e, ainda, vem passando por inúmeras mudanças, sempre sendo um assunto um tanto negligenciado por parte dos governantes. Os progressos só aconteceram efetivamente a partir de 2002, ano em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi estabelecida como língua oficial dos surdos, por meio da implementação da Lei nº 10.436/02, sendo regulamentada somente com a publicação do Decreto nº 5.626/05. Neste momento, a Libras torna-se a língua oficial dos alunos surdos, devendo a oral ser usada como segunda língua.

Trata-se de uma realidade que se configura em controvérsias, visto que a proposta de educação inclusiva do aluno com surdez preconiza a inclusão deste mediante determinadas medidas, as quais destaca-se: atividades em salas de aula comuns e em escolas regulares com presença do profissional intérprete de Libras e apoio pedagógico especializado oferecido pelas salas de Assistência a Educação Especial (AEE) no contra turno. Em face disso, é possível perceber que se ainda é pouco o número de intérpretes de Libras, por conseguinte, muitas escolas e universidades onde existe a presença de alunos surdos ainda carecem desse profissional, e esses educandos estão tendo seus direitos negados.

Segundo os dados do IBGE, existem mais 5,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva (equivalente a 8,7% da população total), sendo que mais de 406.000 estão em idade escolar. Isso representa o fracasso escolar da educação dos surdos e, conseqüentemente, a evasão escolar, por causa da ausência do suporte lingüístico (condições inadequadas), ou melhor, da presença do instrutor ou intérprete de LIBRAS (dependendo do caso) na sala de aula. A falta destes dificulta o acesso paralelo dos surdos no sistema escolar de educação fundamental e superior.

Se não mudarmos esta realidade os alunos não estudarão o ensino fundamental e médio e também não irão ingressar em uma universidade, o que reduz drasticamente as sua oportunidades de inclusão no mercado de trabalho.

Por isso peço o apoio dos nobres meus colegas vereadores (as) para a provação desta indicação.

Kelen Adriana Costa Coelho Mesquita

vereadora – PTB